CARTA DE MISSÃO¹

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ministério: da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Serviço/Organismo: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, Instituto Público (ANQEP, I. P.)

Cargo: Vogal do Conselho Diretivo

Período de comissão de serviço: 5 anos

MISSÃO

A ANQEP, I.P., tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências.

PRINCIPAIS SERVIÇOS PRESTADOS

- i) Coordenar, dinamizar e gerir a oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos;
- ii) Desenvolver e gerir o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências, de âmbito escolar e profissional;
- iii) Conceber e atualizar em permanência do Catálogo Nacional de Qualificações, instrumento que regula as qualificações de dupla certificação de nível não superior;
- iv) Coordenar a conceção de percursos, o desenvolvimento curricular e as metodologias específicas à educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos e aos processos de RVCC;
- v) Promover e garantir os necessários dispositivos de informação e orientação, a complementaridade e a flexibilidade dos sistemas de educação e formação profissional e a qualidade das referidas ofertas, em articulação com as demais entidades com responsabilidade nestas matérias;
- vi) Participar no desenvolvimento de referenciais de formação inicial e contínua de professores, formadores e outros profissionais envolvidos na qualificação de jovens e adultos;

¹A carta de missão deve ser elaborada nos termos definidos no n.º 3 do artigo 18.º e no n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º-A do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro).

- vii) Contribuir para a comparabilidade internacional das qualificações e para a mobilidade entre sistemas de ensino e formação profissional de jovens e adultos, através de mecanismos de representação e de cooperação a nível europeu e internacional.
- viii) Garantir o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e a regulação da oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos;
- ix) Assegurar a execução de fundos europeus, enquanto Organismo Intermédio no financiamento de Centros Qualifica e Beneficiário Intermediário de fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para os investimentos contratualizados.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Constituem orientações estratégicas para a ANQEP, I.P., as constantes do Programa do XXIII Governo Constitucional, bem como do Programa Nacional de Reformas e do Plano de Recuperação e Resiliência no que se refere à educação e formação profissional e que assentam na ideia central de dar prioridade às pessoas, proporcionando a todos oportunidades de qualificação, através da educação e da formação profissional.

Cabe à ANQEP, I.P. prestar apoio à definição de políticas públicas que permitam impulsionar a qualificação dos portugueses, designadamente procurando dar resposta ao défice de formação, qualificação e certificação dos adultos, em particular dos adultos ativos, e criar instrumentos que constituam uma segunda oportunidade, potenciando a aprendizagem ao longo da vida como instrumento de valorização individual e profissional.

OBJETIVOS A ATINGIR

- i) Regular e impulsionar o ensino e formação profissionais (EFP) para jovens e adultos, valorizando e dinamizando este tipo de oferta;
- ii) Regular e promover o reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) e as respostas que combinam estes processos com educação de adultos e formação profissional qualificante;
- iii) Desenvolver mecanismos de permanente melhoria da qualidade da oferta e dos operadores de EFP, bem como de garantia de uma educação inclusiva;
- iv) Desenvolver metodologias de antecipação de necessidades de qualificações e competências e de planeamento da oferta de qualificações, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho;
- v) Dinamizar o Catálogo Nacional de Qualificações, de modo que as qualificações sejam atualizadas, preferencialmente numa lógica de antecipação;
- vi) Assegurar a complementaridade e permeabilidade da oferta e dos percursos formativos, favorecendo a mobilidade e introduzindo flexibilidade nos percursos de qualificação;

- vii) Desenvolver mecanismos que apoiem a mobilidade entre sistemas de ensino e formação profissionais de jovens e adultos no espaço europeu, e o reconhecimento das qualificações, em articulação com os outros organismos;
- viii) Garantir a boa execução de fundos europeus nas tipologias/ investimentos que tem a seu cargo, e no âmbito das competências delegadas/ contratualizadas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Os objetivos definidos serão prosseguidos com os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que lhe estão afetos.

Recursos humanos: os caracterizados no respetivo mapa de pessoal.

Recursos financeiros: os definidos no orçamento anual da ANQEP, I.P., e ainda os provenientes de receitas próprias que legalmente se encontram consignadas ao Instituto.

Recursos patrimoniais: a universalidade de bens, direitos e obrigações que constituem o património da ANQEP, I.P.

OUTROS

A prossecução dos objetivos e serviços anteriormente elencados deve respeitar o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2022, de 9 de maio, que aprova o código de conduta do Governo e que se aplica, com as devidas adaptações, a todos os dirigentes superiores da Administração Pública sob a direção do Governo, bem como os dirigentes e gestores de institutos públicos e de empresas públicas.

O Secretário de Estado da Educação

(António Leite)

O Secretário de Estado do Trabalho

(Miguel Fontes)